



PRIMEIRO  
MINISTRO

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI  
DE ORÇAMENTO RECTIFICATIVO DE 2012**

Parlamento Nacional, Díli  
11 de Outubro de 2012



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Díli, Timor-Leste

Sua Excelência  
Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Suas Excelências  
Vices-Presidentes do Parlamento Nacional  
Suas Excelências  
Senhores Deputados

Caros colegas, membros do Governo

Senhoras e senhores,

É com muito prazer que me dirijo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a todos os distintos deputados desta Casa Magna, para apresentar o Orçamento Rectificativo de 2012 que vai permitir o funcionamento cabal do V Governo Constitucional.

Em Agosto de 2007, o anterior Governo assumiu o compromisso de proceder a reformas na gestão e administração do país. Por essa razão, na sequência da necessidade de mudar o sistema de 'ano fiscal', que ocorria de Julho a Junho do ano seguinte, o Governo apresentou, ao Parlamento Nacional, um orçamento de transição, não só para cobrir as necessidades do novo Executivo, até 31 de Dezembro de 2007, como estipulou, a partir dali, o sistema de 'ano financeiro', que actualmente cobre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano.

Em 2008, houve necessidade de um Orçamento rectificativo, para fazer face à crise mundial de alimentação e, graças à vontade política do Parlamento Nacional, Timor-Leste conseguiu evitar todos os problemas, que poderiam ter surgido por falta de produtos alimentares no país como ainda controlou a inflação, na venda do arroz.

Só em 2010, o Parlamento Nacional foi de novo solicitado a aprovar um outro Orçamento rectificativo, para dar seguimento aos Projectos de Desenvolvimento Descentralizado, no intuito de capacitar as empresas locais e que, temos que reconhecer, tem incentivado a criação de emprego nos distritos e sub-distritos e motivado os timorenses a um maior empreendedorismo.

Hoje, venho de novo, perante o Parlamento Nacional, defender a necessidade de um Orçamento Rectificativo ou, por outras palavras, uma Revisão ao OGE de 2012.

Em 2008 e 2010, os Orçamentos Rectificativos apresentaram despesas para além dos montantes globais dos respectivos OGEs anuais, exigindo um acréscimo do levantamento do Fundo Petrolífero. Esta revisão do OGE de 2012 não incorre na necessidade de um levantamento adicional do Fundo Petrolífero, porque o dinheiro, que se pretende, será financiado a partir das poupanças do Fundo das Infraestruturas. Isto significa que o meu Governo vem apenas pedir um reajustamento do OGE de 2012.

A Lei da Gestão Financeira exige disciplina na execução orçamental, impedindo sobretudo transferências das categorias de Salários e Vencimentos e do Capital de Desenvolvimento para outras categorias e permitindo apenas 20% nas de Bens e Serviços e do Capital Menor.

Porque é da competência exclusiva do Parlamento Nacional, por meio de uma lei, a autorização destas transferências e das mudanças relacionadas a diferentes rubricas, é que o Governo vem apresentar e defender a necessidade de um Orçamento Rectificativo ao OGE de 2012.

Senhor Presidente  
Senhores Vices-Presidentes  
Distintos Deputados

Excelências,

O V Governo Constitucional está empenhado no grande objectivo, que todos comungamos, de construção de uma Nação mais forte e mais próspera para todos os timorenses. Como foi amplamente debatido aqui, o Programa do Governo define as políticas e as acções para atingir este desígnio, que é conduzir o país para um maior fortalecimento do Estado e rumo a bases sólidas de desenvolvimento nacional.

Para concretizar esta missão, propusemos uma nova estrutura de Governo dotada de Ministérios e Secretarias de Estado com missões claras e bem definidas. Existe, em todo o mundo, a controvérsia sobre o tamanho dos governos. Em 2007, viemos com o ideal de um 'governo de pequena dimensão', e em 2012, estou a apresentar-vos um 'governo de tamanho grande'. A particularidade, nesta controvérsia, é que eu venho do Governo anterior e, nesse sentido, é que devo informar, aos Senhores Deputados e a todo o Povo, de que o princípio adoptado para a formação do actual Governo foi de obter eficiência e eficácia, nas nossas actuações.

Financiar esta nova estrutura significa dar continuidade aos progressos alcançados até à data e significa conduzir a administração pública aos objectivos de eficiência e eficácia, na prestação de serviços ao povo e na prestação de responsabilidades perante o Estado.

Será esta nova estrutura que vai implementar as actividades definidas, no Programa do Governo, para assegurar os pilares de desenvolvimento nacional, como são, o capital social, as infra-estruturas, a economia e a criação de emprego, a par do fortalecimento do quadro institucional.

Na visão sobre o desenvolvimento, o sector petrolífero será um motor fundamental de crescimento económico. Agora e no futuro, este Governo está determinado em garantir que a riqueza dos recursos naturais venha construir a nossa nação e possa reverter a favor do nosso Povo.

Isto irá requerer capacitação interna e políticas fortes para assegurar que as acções das companhias petrolíferas internacionais beneficiem a nossa nação, não apenas através de impostos mas também por via da criação de emprego e de qualificações. Para tal, precisamos de garantir que o gás natural é processado também em Timor-Leste e não apenas no estrangeiro.

A importância e a complexidade desta tarefa justificam o estabelecimento do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais. O orçamento para este Ministério é de 6,3 milhões de dólares, plenamente justificado em face do potencial em termos de receitas, criação de emprego e de riqueza resultante da exploração petrolífera.

Timor-Leste é também um país rico em beleza natural, história e cultura. O potencial para atrair turistas é bastante significativo, sendo que o turismo pode contribuir directamente para o desenvolvimento económico e criação de emprego.

Neste sentido, é necessário que haja um esforço por parte do Governo para promover o nosso país no estrangeiro e para garantir as comodidades que os turistas internacionais procuram.

O novo Ministério do Turismo tem a missão de alcançar estes objectivos. O seu estabelecimento e o orçamento de 3,9 milhões de dólares são justificados pela importância do turismo para o nosso desenvolvimento económico futuro.

O IV Governo Constitucional criou as bases para o investimento integrado, planeado e faseado de projectos com vista a melhorar as infra-estruturas básicas, nomeadamente a melhoria das estradas, dos portos e aeroportos, das pontes, dos esgotos, da distribuição de água potável, da produção de electricidade e melhoria das telecomunicações.

Temos vindo a investir em Capital de Desenvolvimento e na construção de projectos de grande complexidade, como é o caso da criação de um sistema fiável de produção, transmissão e distribuição de energia eléctrica, projectos que foram geridos pelo Ministério das Infra-estruturas.

Uma análise aprofundada aos projectos de infra-estruturas revelou que a gestão dos mesmos não deveria continuar nas mãos de um único Ministério, de forma a garantir um programa de investimento de grande escala para actualizar, reparar, melhorar ou construir uma série de infra-estruturas vitais para permitir o acesso à saúde, à educação, aos mercados, às indústrias e aos negócios.

Assim, com o intuito de melhorar a relação entre a qualidade e o custo destes projectos, e a necessidade em termos de mão-de-obra qualificada e conhecimentos técnicos, o Governo estabeleceu o Ministério dos Transportes e Comunicações e o Ministério das Obras Públicas, com orçamentos de 6,1 milhões e de 152,7 milhões, respectivamente.

Um parceiro fundamental para impulsionar o desenvolvimento económico é, sem a menor dúvida, o sector privado. Assim, este Governo pretende criar um ambiente que permita ao sector privado contribuir para o crescimento, gerar emprego e reduzir a pobreza. Esta responsabilidade caberá, sobretudo, ao novo Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente e à Secretaria de Estado de Apoio à Promoção do Sector Privado. E para tal cabimentámos 20,9 milhões e 1,9 milhões de dólares, respectivamente.

No futuro, será igualmente importante coordenar melhor as políticas a serem introduzidas por todo Governo. O novo Ministério da Presidência de Conselho de Ministros, com um orçamento de 2,1 milhões de dólares, contribuirá para uma melhor coordenação na formulação e implementação das políticas do Governo.

Os custos associados com esta nova estrutura de Governo são ponderados, uma vez que os novos Ministérios e Secretarias de Estado são constituídos, na sua maioria, por direcções transferidas a partir de ministérios dissolvidos. Foi também conseguida uma poupança de aproximadamente 0,8 milhões de dólares, em consequência da dissolução de divisões, sobretudo do Ministério da Economia e Desenvolvimento, da Secretaria de Estado da Política Energética e do Ministério da Solidariedade Social.

Em resumo, a nova estrutura do Governo irá melhorar a prestação de serviços e tem um impacto consideravelmente limitado sobre as despesas em 2012.

Excelência, Senhor Presidente  
Excelências, Senhores Vices-Presidentes  
Excelências, Senhores Deputados

Senhoras e Senhores,

Como se pode ver, na nossa proposta de Revisão do OGE de 2012, o montante total para o nosso pedido de reajustamento orçamental é de 50 milhões de dólares.

O maior aumento nas despesas prende-se com os 26,9 milhões de dólares destinados a Pensões para Combatentes da Libertação Nacional. Este aumento, superior ao inicialmente orçamentado para 2012, é fundamentado por um maior número de combatentes aprovados em consequência do processo de verificação e validação dos registos. Os combatentes recém-aprovados recebem pagamentos retroactivos, e este facto é que provoca um impacto orçamental desproporcionalmente grande, mas só durante o primeiro ano, em que estes combatentes recebem os benefícios.

Parece-me escusado justificar esta obrigação do nosso Estado, já que, em não fazendo agora, a única alternativa seria atrasar, até ao próximo ano, os pagamentos a alguns combatentes. Acredito que todos concordamos que este orçamento rectificativo é a forma justa e correcta de tratar aqueles que esperaram já demasiado tempo.

O orçamento rectificativo aumenta também as pensões para os idosos em 7,1 milhões de dólares. Esta despesa é necessária para pagar benefícios às pessoas com mais de sessenta anos e às pessoas com incapacidade comprovada para trabalhar.

Também o fundo de contingência aumenta em 6,1 milhões de dólares. Este aumento prende-se com a necessidade de pagar as despesas imprevistas e urgentes que poderão surgir na parte final deste ano financeiro. Ainda assim, com este aumento, o orçamento total para o fundo de contingência continuará a ficar significativamente inferior aos 5% do Orçamento do Estado permitidos por lei.

Iremos também investir 2,9 milhões de dólares, através do Ministério da Defesa e Segurança, para custear a formação de marinheiros e outros custos operacionais e cerca de 2,4 milhões para bens e serviços da PNTL a fim de continuar a apoiar as operações em curso com vista a assegurar a segurança interna e fomentar o policiamento de base comunitária.

Gostaria ainda de destacar a reconstrução e reabilitação de 23 escolas e outras instalações de educação atingidas por catástrofes naturais, com um investimento de 1,7 milhões, o investimento em serviços de cuidados de saúde no valor de 1,2 milhões e o investimento que irá ser efectuado, através de transferências públicas, para a construção e reabilitação de igrejas em Viqueque, Suai, Fohoren, Ermera e Sare que, juntamente com outros projectos relacionados com o bem-estar da população, tem o valor de 1,4 milhões.

Este orçamento reflecte ainda investimentos para o funcionamento do Berlim-Nakroma, para o abastecimento de água em todo o território, para auditorias externas às contas do Governo para garantir a boa governação e transparência e para o pagamento final da construção de um porto de atracagem para a componente naval em Hera.

Em conclusão, a despesa adicional no Fundo Consolidado de Timor-Leste é muito reduzida quando comparada com a dimensão global do orçamento original. Isto significa que a despesa líquida de 50 milhões de dólares no Fundo Consolidado de Timor-Leste representa menos de 3% do total do orçamento original para 2012.

Excelências

Senhoras e senhores,

Como lembrei desde o início, o orçamento rectificativo não aumenta a despesa geral do Estado, para 2012. Os 50 milhões de dólares de despesas adicionais líquidas no Fundo Consolidado de Timor-Leste são financiados na totalidade por poupanças no Fundo das Infra-estruturas, mais exactamente no programa do Tasi Mane, o qual não deverá ter despesas significativas durante este ano.

Como sabem o Fundo das Infra-estruturas é praticado em conformidade com as melhores práticas internacionais e gere projectos de grande dimensão que, por esta mesma razão, são plurianuais.

Neste sentido, os atrasos na construção dos projectos devido às condições climatéricas, ou qualquer outra razão fora do controlo do Governo, pode levar a que os pagamentos previstos para um ano de vida desse projecto não sejam liquidados na totalidade e sejam adiados para o ano financeiro seguinte.

É com esta gestão cautelosa dos fundos e o transporte justificado do Fundo para os projectos, à medida que se vai verificando a conclusão de determinadas componentes, que foi possível poupar 50 milhões de dólares no Fundo das Infra-estruturas, mais exactamente no programa do Tasi Mane.

O que não significa que o projecto de Tasi Mane ficará comprometido com atrasos na concepção, aprovisionamento e construção, pois caso seja necessário irá ser feito o reajustamento de todas as poupanças conseguidas em todos os projectos do Fundo das Infra-estruturas, com a aprovação do CAFI (Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas), a fim de viabilizar de forma eficiente este investimento tão importante para a nossa nação.

Assim, não iremos precisar de retirar dinheiro do Fundo Petrolífero, uma vez que estamos dispostos a financiar as novas despesas e a nova estrutura do Governo, através das poupanças havidas.

Senhoras e Senhores,

Este orçamento rectificativo não aumenta as despesas, os empréstimos ou os impostos. Deste modo não irá afectar o crescimento económico, a inflação ou a sustentabilidade fiscal a curto prazo. A longo prazo a nova estrutura de Governo poderá melhorar a prestação de serviços e sustentar um forte crescimento económico.

Este Governo está ciente de que o preço de muitos bens aumentou em Timor-Leste nos últimos anos. Estamos também cientes de que isto está a afectar muitas famílias. Estamos a envidar todos os esforços no sentido de monitorizar cuidadosamente a inflação e implementar políticas, incluindo a restrição do crescimento das despesas recorrentes, para garantir que os preços não subam demasiado depressa.

Até 10 de Outubro corrente, a execução orçamental foi no valor de aproximadamente 822 milhões, que representa 49% do total do OGE de 1,674.1 mil milhões de dólares. Embora pareça, para um período de nove meses, que o nível de execução seja baixo, o caso é que o volume dos gastos sobe sempre no 4º trimestre do ano. Este facto provém de várias razões, mas sobretudo porque os primeiros meses do ano são sempre preenchidos por trabalhos preliminares, seja para Bens e Serviços como para as categorias de Capital. A isto, se junta um outro factor importante que é de que o

pagamento sempre vem depois do trabalho realizado, o que significa que o pagamento quase sempre é feito no último trimestre.

Em relação a despesas por categorias, de uma forma ainda preliminar, posso informar a seguinte execução em dinheiro:

- Salários e Vencimentos, 63%
- Bens e Serviços, 64%
- Capital Menor, 40.7%
- Capital de Desenvolvimento, 31.5%
- Transferências, 72.6%
- Fundo de Infra-estruturas, 37%
- Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, 83%

Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

O Governo propõe este orçamento rectificativo ao Parlamento Nacional por três razões principais:

Primeiro, ao financiar novos ministérios em sectores como o turismo, o petróleo e as obras públicas, estaremos a melhorar a eficiência dos gastos em infra-estruturas e a encorajar o desenvolvimento do sector privado.

Segundo, o orçamento rectificativo financia alguns novos investimentos como os pagamentos aos Combatentes da Luta pela Libertação Nacional, pois não queremos atrasar indevidamente os pagamentos destinados àqueles que combateram com honra e com bravura em prol da nossa nação, não esquecendo, no entanto, de proteger a camada mais vulnerável de cidadãos.

Terceiro, o custo geral do orçamento rectificativo é de zero dólares e zero cêntimos, o que não compromete a nossa execução orçamental.

Finalmente, este orçamento rectificativo é o motor de arranque deste novo executivo, que com firmeza, dedicação, optimismo e coragem vai abordar plenamente os desafios de desenvolvimento da nossa querida Nação.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão  
11 de Outubro de 2012